

## Indústria e serviços travam disputa para reduzir cobrança de impostos na reforma tributária

Adriana Fernandes

BRASÍLIA - A fala do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, acenando com a possibilidade de a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** – o tributo proposto pelo governo para substituir **PIS** e **Cofins** – ter uma alíquota mais alta para a indústria do que para serviços e comércio jogou lenha na fogueira da disputa para ver quem vai pagar menos imposto na proposta de reforma tributária em negociação no **Congresso**.

Os ânimos estão mais acirrados porque o presidente da **Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL)**, sinalizou na semana passada que quer tocar a votação do texto mais rapidamente e em conjunto com o projeto que trata de uma reformulação do **Imposto de Renda** – que deverá ser enviado ao Congresso nos próximos dias.



© Gabriela Biló/Estadão Proposta de Guedes de aumentar o imposto pago pela indústria incomodou associações do setor.

A CBS é um tributo proposto por Guedes nos moldes do **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**. O projeto foi enviado pelo governo no final do ano passado com uma alíquota única de 12%. Tanto indústria como serviços acham que o valor está alto e que pagam mais do que outro, alimentando uma disputa histórica. Ninguém

quer ser surpreendido na Câmara. Resultado: a articulação política com os deputados se intensificou nos últimos dias.

Guedes também tem se reunido, nas últimas semanas, com empresários para sentir o termômetro da reforma e ainda para buscar apoio ao programa que cria o **Bônus de Inclusão Produtiva (BIP)** e o **Bônus de Incentivo à Qualificação (BIQ)**, com pagamento de R\$ 600 por mês a jovens e trabalhadores informais. Metade desse valor seria financiada pelas empresas, enquanto a outra metade o ministro quer pagar em conjunto com o **Sistema S** para treinar 2 milhões de trabalhadores.

O **presidente da Central Brasileira de Serviços (Cebrasse), João Diniz**, disse que a CBS, com a unificação do PIS e Cofins, é um tributo que pega em cheio o setor e a alíquota de 12% significaria um aumento muito grande de carga tributária. "Vai significar quebradeira. O setor de serviços não aguenta mais esse tipo de jogo que vem sendo jogado, com a conta estourando no nosso colo".

Para o **presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese**, a tramitação da CBS não pode andar sem uma definição sobre a desoneração da folha de pagamentos, ou seja, redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários – proposta que perdeu força nos debates recentes. Segundo Nese, o setor defende a desoneração da folha de pagamentos com a recriação da **CPMF** e também o programa de treinamento. No encontro com Guedes, o ministro explicou os planos de chamar o Sistema S para colaborar com a proposta. "O sistema S tem de trabalhar para treinar pessoas, e não para fazer prédios", criticou Nese.

Já o presidente da **Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade**, rebateu o setor de serviços e disse que a indústria é quem mais paga, segundo ele, na contramão do que acontece nos **Estados Unidos, Europa e Ásia**. A CNI não concorda com a alíquota maior para indústria da CBS. "A CNI é a favor de uma reforma ampla, que dê mais segurança jurídica e crie mais equilíbrio na economia", disse. Segundo ele, a indústria paga 32% dos impostos federais e 41% dos estaduais. "É um absurdo", afirmou, acrescentando que é mais fácil cobrar os tributos da indústria. E que esse quadro beneficia mais a camada mais rica que consome mais serviços.